

COLONIALISMO DEMOGRÁFICO PORTUGUÊS EM ANGOLA: HISTORIOGRAFIA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Dr. Fernando Tavares Pimenta

fernandopimenta_2000@yahoo.com

Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da
Universidade de Coimbra e do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)

Texto recebido em/Text submitted on: 01/05/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 05/07/2017

Resumo

Este artigo tem por objectivo problematizar a história do colonialismo demográfico no quadro da dominação portuguesa em Angola. Assim, partindo de uma análise mais geral sobre o fenómeno do colonialismo demográfico a uma escala global, incidimos então sobre a história da colonização de Angola, colocando em relevo os limites da historiografia portuguesa no que diz respeito ao estudo da sociedade colonial branca. Na base da nossa reflexão está a problemática das identidades sociais e políticas dos colonos brancos em Angola, quer no contexto da dominação colonial, como no da luta nacionalista pela independência. É igualmente motivo de ponderação a forma como a memória histórica da colonização tem influenciado o processo de definição da identidade nacional da Angola pós-colonial, por meio de políticas estatais de classificação e preservação do património histórico-cultural de origem portuguesa.

Abstract

This article aims to problematize the history of settler colonialism in the context of Portuguese colonial rule in Angola. Thus, starting from a more general analysis of settler colonialism on a global scale, we then focus on the history of the white settlement in Angola, highlighting the limits of Portuguese historiography regarding the study of the white settler society. Furthermore, we analyze the question of social and political identities of white settlers in Angola throughout colonial rule and also during the struggle for independence. Finally we analyze the way how the memory of colonization has been incorporated in Angolan post-colonial national identity, by taking into account the policy of classification and preservation of the historical and cultural heritage of Portuguese origin in Angola.

Palavras-chave:

Colonialismo Demográfico, Angola, Historiografia, Identidade, Memória

Settler Colonialism, Angola, History, Identity, Memory

Neste artigo colocamos em perspectiva o fenómeno do colonialismo demográfico – *settler colonialism* em inglês – no contexto da dominação colonial portuguesa em Angola. Para o efeito, iremos primeiro estabelecer o quadro teórico e analítico do colonialismo demográfico à escala global, tendo em consideração o impacto da colonização europeia sobre as populações indígenas de diferentes regiões do globo, nomeadamente nos continentes americano, australiano e africano. Incidiremos também sobre as características do colonialismo demográfico português em Angola, salientando porém os limites da historiografia colonial portuguesa no que diz respeito ao estudo desse fenómeno específico. Depois, faremos a análise das identidades dos colonos portugueses em Angola e, enfim, iremos tecer algumas considerações sobre a questão da memória da colonização portuguesa, tendo em conta a política de classificação do património histórico-cultural prosseguida pelo Ministério da Cultura da República Popular de Angola.

Quadro teórico e analítico do colonialismo demográfico

O colonialismo demográfico é uma forma ou subtipo de colonialismo que tem como objectivo a reprodução da sociedade colonizadora num dado território submetido ao domínio colonial de uma potência externa, independentemente da existência de populações e culturas indígenas nesse local. De resto, a colonização é feita muitas das vezes à custa da eliminação parcial ou total das populações indígenas, que podem ser suprimidas de forma violenta, expulsas para regiões inóspitas e adstritas a reservas ou, mais raramente, assimiladas ao grupo colonizador. Como tal, o colonialismo demográfico é caracterizado pelo povoamento e ocupação permanente do espaço colonial por uma população colonizadora e não apenas pela exploração dos seus recursos económicos. Esta é aliás a principal diferença entre uma colónia de povoamento e uma colónia comercial ou de exploração (KRAUTWURST, 2003).

Regra geral, o processo de colonização é presidido pelo Estado metropolitano – ou por uma companhia majestática devidamente mandatada pela potência imperial dominante – que prepara e organiza a instalação dos colonos, governa e administra a colónia e protege militarmente os colonos de eventuais ameaças à sua segurança,

reprimindo eventuais revoltas das populações colonizadas. Mas, desde cedo, os colonos almejam obter um certo grau de autonomia em relação à mãe-pátria, reivindicando uma participação efectiva na governação da colónia. De resto, a longo prazo, toda e qualquer colónia de povoamento procura constituir-se em Estado independente, com ou sem o beneplácito da metrópole, ainda que esta permaneça como o arquétipo da nova nação e ambas se mantenham ligadas por laços económicos, culturais e até políticos. Aqui reside uma das principais diferenças relativamente a outras formas de colonialismo, uma vez que o colonialismo demográfico tende a extinguir-se por si mesmo por via da transformação da colónia – representado pelo núcleo colonizador – em Estado independente. É à luz deste conceito que podemos compreender as realidades vividas em países como os Estados Unidos da América (EUA), a Austrália ou a Nova Zelândia (CAVANAGH, 2016).

No entanto, esta evolução não é comum a todos os casos de colonialismo demográfico, porque nalgumas situações os núcleos coloniais não são suficientemente fortes – do ponto de vista demográfico, económico, político e militar – para absorver ou eliminar as populações colonizadas. Nestes casos, os colonos não podem prescindir da tutela metropolitana para manter sob controlo as maiorias indígenas. E, quando ocorre a retirada da potência colonial, o núcleo colonial entra em processo de implosão, procedendo-se então à evacuação da população colonizadora. Foi isto que aconteceu, por exemplo, na Argélia francesa, em 1962 (ETIENNE, 1968; LECONTE, 1980; PROCHASKA, 2002).

Neste sentido, não há um único modelo de colonialismo demográfico, tal como não há uma única forma de descolonização dos territórios submetidos a um processo de colonização demográfica. A este respeito, podemos distinguir pelo menos três tipos de independência. Por um lado, a negação da possibilidade de reformar a estrutura política colonizadora, pelo que a independência é feita pelos colonizadores – e para seu próprio benefício – e mediante a quase supressão dos colonizados (por exemplo, no caso dos Estados Unidos da América). Nesta situação podemos afirmar que há independência, mas não há uma autêntica descolonização, havendo sim a transformação da sociedade colonial em Estado independente, ao passo que os poucos sobreviventes da população indígena são mantidos numa condição de subalternidade em relação aos descendentes

da população colonizadora. Um segundo tipo de independência – de que já falamos – é representado pela evacuação dos colonizadores, com a consequente “destruição” da sociedade colonial, ainda que possam permanecer vestígios significativos da mesma no novo Estado independente. E, embora a independência seja feita em nome da população indígena, resultando portanto numa descolonização da superestrutura política por via da substituição das elites no poder, nem sempre essa independência resulta na emancipação econômica e social das maiorias colonizadas. Por um fim, um terceiro tipo diz respeito à promoção de diversos processos de reconciliação dos colonizadores com as populações indígenas, sendo o caso mais emblemático o da África do Sul no período pós-*apartheid* (VERACINI, 2007).

Neste sentido, o colonialismo demográfico foi um fenômeno multifacetado, tendo assumido formas diferentes consoante um conjunto amplo de fatores, nomeadamente as características políticas, econômicas e culturais do país colonizador, a dimensão demográfica dos núcleos colonizadores, a forma de relacionamento com as populações indígenas e as características sociais e culturais das mesmas. No caso que nos interessa, ele envolveu fundamentalmente populações de extração europeia que se expandiram para outros continentes no quadro de um processo de conquista colonial encetado em épocas diferentes por um conjunto de potências imperiais, entre as quais a Grã-Bretanha, a Espanha, Portugal, a Rússia, a França e a Itália. A expansão demográfica europeia foi especialmente intensa na América do Norte, na Austrália, na Nova Zelândia e em certas regiões da América do Sul, em especial no Sul do Brasil, no Uruguai e em boa parte da Argentina (CROSBY, 1986). Nestas regiões, as populações indígenas foram em larga medida erradicadas pelos colonizadores, os quais lograram constituir novos Estados de matriz europeia. Nalguns destes países, as independências foram alcançadas na sequência de rebeliões protagonizadas pelos colonos brancos contra as respectivas metrópoles, ocasionando guerras de independência. Foi esse o caso dos Estados Unidos da América. Noutros casos, as independências foram obtidas em comum acordo com a mãe-pátria, por exemplo no Canadá, na Nova Zelândia e na Austrália (MILLER, 1966, p. 11-45 e 90-103; BELICH, 2009).

Nos países andinos e noutros territórios da América Latina, os núcleos coloniais brancos – os crioulos – erigiram-se em nacionalidades independentes, na sequência de

guerras de independência, à semelhança do que tinha acontecido nos Estados Unidos da América. Mas, diversamente da América Inglesa, os estratos colonizadores nunca conseguiram eliminar as populações indígenas, tendo estas permanecido – apesar do seu maior número – numa condição de subalternidade económica, social, cultural e política em relação aos crioulos (ANDERSON, 2012).

Em África, o colonialismo demográfico europeu assumiu um carácter bem mais limitado do que no Novo Mundo, estando adstrito à África do Sul, ao Zimbabwe (ex. Rodésia do Sul), ao Quênia, a Angola, a Moçambique e, na orla mediterrânica, à Argélia e à Líbia. Isto porque um número muito mais restrito de colonos brancos demandou estes territórios, ao passo que as populações indígenas demonstraram um grau muito maior de resistência à conquista e à ocupação das suas terras pelos colonizadores europeus. O colonialismo demográfico não logrou aqui erradicar os nativos, salvo em pequenas zonas bem delimitadas no interior de algumas dessas colónias, em especial na África do Sul. De facto, enquanto na América do Norte os colonos brancos garantiram a sua permanência no território através da eliminação dos indígenas, no caso das colónias de povoamento europeu em África – onde a população branca foi sempre minoritária – a supressão da (numerosa) população autóctone nunca foi uma opção viável (BROWNELL, 2011). Assim, o Estado colonial aplicou políticas que conciliaram “intuitos” de expulsão, por via da deslocação forçada de população, com objectivos de exploração económica dos indígenas (Veracini, 2007). Mas, em todo o caso, o colonialismo demográfico criou fórmulas jurídicas e políticas direccionadas para a consolidação da dominação branca. O regime do *apartheid*, na África do Sul, foi uma dessas fórmulas, porventura a mais extrema em termos de segregação racial (MARKS, 1987).

Neste sentido, o colonialismo demográfico europeu no continente africano apresenta especificidades históricas que o distanciam das experiências americana, australiana e neozelandesa. Com efeito, em África, o colonialismo demográfico caracterizou-se principalmente pela existência de uma “terceira força” no interior da situação colonial, distinta quer do poder colonial, quer da população colonizada, representada pelo conjunto significativo – mas limitado – de colonos brancos. Os colonos brancos constituíram essa “terceira força” – em termos sociais, económicos e políticos – no sentido em que competiram, por um lado, com a população colonizada

pela supremacia na colônia e, por outro, com a potência colonial pelo controlo do aparelho do Estado colonial. A este respeito, podemos dizer que o colonialismo demográfico em contexto africano foi plasmado pelo processo de luta e de negociação entre quatro elementos principais: o Estado central metropolitano¹, que exercia a soberania política sobre a colônia; o Estado colonial, que era o responsável *in loco* pela administração e pela manutenção da ordem e da autoridade; a população colonizada, em particular as suas elites europeizadas, que pretendia a supressão das estruturas de dominação; a comunidade dos colonos brancos, que almejava o controlo da economia, da sociedade e da administração. A estes quatro elementos, podemos adicionar – nalguns casos – um quinto elemento representado pelas populações de origem indiana que disputavam com os brancos a proeminência no interior da colônia, em especial no Quênia. Assim, muito embora os colonos usufríssem de um estatuto de claro privilégio económico, social e até jurídico em relação à população colonizada, não era de todo certo que detivessem o controlo político da colônia. Para aferir se esse controlo era ou não exercido pelos colonos, é necessário ter em consideração o grau de incorporação política dos colonos na governação colonial. Em certas situações, como na África do Sul, esse grau de incorporação foi elevado, mas noutras o nível de participação política dos colonos na governação foi muito reduzido. Foi este o caso das colônias portuguesas, Angola e Moçambique.

Em termos sociológicos, as comunidades brancas coloniais estabelecidas no continente africano diferiam consideravelmente entre si. Por exemplo, no Quênia praticou-se um povoamento selectivo, centrado num “núcleo duro” de aristocratas britânicos conservadores, ao qual se juntou um número relevante de funcionários públicos e militares retirados, com o objectivo de recriar nos *White Highlands* um estilo de vida vitoriano, cronologicamente ultrapassado, que já não tinha lugar nas zonas rurais (*country*) de Inglaterra. Assim, a minoria branca queniana constituía uma elite social, económica e cultural, cujo *gentlemanly status* era confirmado pelo “sangue azul”,

¹ Por Estado central entende-se o conjunto de órgãos de poder sediados na metrópole que governa directamente o território metropolitano e superintende à governação da totalidade do Império colonial. Por Estado colonial entende-se o conjunto de órgãos políticos e administrativos sediados numa dada colônia e que administra o território dessa mesma colônia em nome da potência colonizadora. Muito embora esteja politicamente dependente do Estado central, o Estado colonial possui uma dinâmica própria semi-autónoma, a qual por vezes se exprime por meio de divergências e de tensões com o poder metropolitano (COOPER, 2005, p. 50-51).

uma carreira de sucesso no exército ou no *colonial service* de Sua Majestade e pelo diploma universitário de “Oxbridge”. Refira-se que a entrada de colonos pobres (*poor white*) foi severamente repelida por essa elite aristocrática, de forma a manter a comunidade o mais pura e nobre possível (KENNEDY, 1987, p. 44 e 71-75).

Ao invés, na Argélia, a colonização europeia processou-se segundo o “princípio da repulsa”, isto é, colonos provindos de toda a bacia do Mediterrâneo Ocidental instalaram-se em Orão (espanhóis), Argel (franceses) e Constantine (italianos e malteses) para fugir à pobreza das suas terras de origem, pelo que o *pied-noir* foi em larga medida o produto dos estratos socialmente (e economicamente) mais desfavorecidos da Europa Meridional (HARRISON, 1989, p. 19). Contudo, a par dessa maioria de brancos pobres (*petit blancs*), existia um grupo restrito de aristocratas terranentes, ligados sobretudo à cultura vinhateira, e de grandes empresários do comércio e da alta finança, os quais dominavam económica e politicamente o território. Estes “grandes colonos” (*grands colons*) constituíam uma alta-burguesia europeia autóctone, cujo poder e fortuna dependiam da manutenção do *status quo* colonial, isto é, de uma eterna *Algérie Française* (LECONTE, 1980, pp. 165-169).

A África do Sul e a Rodésia do Sul representaram situações intermédias entre o Quênia e a Argélia. Assim, na África do Sul, ao lado da classe média de origem britânica, coexistia uma maioria de agricultores, vaqueiros e operários africânderes (boers), cuja pobreza foi evidente pelo menos até à década de 1930. Aliás, as diferenças económicas entre anglófonos e boers acirraram as tensões entre os dois grupos, as quais só foram parcialmente resolvidas com o acesso dos segundos ao poder em finais da década de 1940. Os boers começaram então a desfrutar de um nível de vida bastante superior, produzindo-se um esbatimento das assimetrias económicas entre ambos os grupos. Além disso, o precoce desenvolvimento capitalista do território, associado ao peso da indústria mineira, produziu uma poderosa burguesia branca com aspirações hegemónicas e de extensão do domínio sul-africano a toda a África Austral (GANN, 1962; O'MEARA, 1983; MARKS, 1987). Na Rodésia do Sul predominou um tipo de povoamento com colonos rurais de médio capital, cuja estrutura sociológica assemelhava-se mais à da classe média anglófona sul-africana do que à elite queniana. A entrada de colonos pobres foi evitada por algumas medidas legislativas, se bem que menos restritivas do que no

Quênia (KENNEDY, 1987, p. 36-41 e 76-88). Além disso, a gradual industrialização da economia da Rodésia do Sul produziu uma burguesia local autocentrada e cada vez menos dependente do capital metropolitano. Tal como no Quênia, onde a lavoura se transformou num negócio altamente especializado e rentável, os fazendeiros (*farmers*) rodesianos converteram-se em empresários com elevada formação técnica e com bastante peso em termos políticos (GANN 1970, p. 110-121; MOSLEY, 1983). Claramente, a importância do grupo dos fazendeiros na Rodésia tem de ser entendida à luz do processo histórico de expropriação das terras mais férteis pelos colonos brancos, em detrimento da população autóctone. Neste sentido, em meados do século XX, os colonos brancos possuíam três-quatros da terra arável sul-africana e metade da rodesiana, mas apenas um quinto daquela queniana (LOUIS, 1998-1999, p. 534).

No caso de Angola, o colonialismo demográfico português foi um fenómeno essencialmente dos finais do século XIX e do século XX. Mais do que a fundação de Luanda (1576) e de Benguela (1621), que durante séculos funcionaram como meros entrepostos costeiros do comércio transatlântico de escravos, foi a colonização das Terras Altas da Huíla, no planalto meridional, na década de 1880, que marcou o início do lento processo de transformação do território angolano numa colónia de povoamento europeu. De facto, o povoamento das Terras Altas da Huíla, com colonos provenientes da ilha da Madeira, logrou criar uma comunidade branca auto-suficiente e perfeitamente enraizada no solo africano, tendo como centro a cidade do Lubango, ex. Sá da Bandeira (MEDEIROS, 1976)². Em 1958, em visita a esta cidade, o geógrafo belga J. Denis notou com perspicácia: “Sá da Bandeira é uma cidade portuguesa em África e não uma cidade centro-africana...Constitui uma anomalia na África Central” (Apud RIBEIRO, 1981, p. 127). Para além do Lubango, a população branca tendeu a concentrar-se nas cidades, tanto na costa (Luanda, Lobito, Benguela, Moçâmedes), como nos planaltos (Malange, Huambo, Bié, Lubango). Um número significativo de colonos também se fixou num conjunto de povoações mais pequenas ao longo das vias férreas (em especial do Caminho de Ferro de Benguela), nos colonatos estatais e nas zonas piscatórias do Sul. Enfim, um conjunto apreciável de brancos vivia disperso pelo território, nas grandes

² Para além dos colonos madeirenses, ocorreu a instalação de algumas centenas de boers provenientes do Cabo, que habitaram as Terras Altas da Huíla até 1928, momento em que se deslocaram para território sob controlo da União Sul Africana.

fazendas ou em quintas mais pequenas, bem como em interpostos comerciais no mato (PIMENTA, 2005).

No cômputo geral do território angolano, o ritmo de crescimento da população branca foi lento, mas gradual, nas primeiras décadas do século XX, tendo conhecido uma clara aceleração após 1945. Neste sentido, a população branca passou de 12.000 em 1910, para 20.700 em 1920, 30.000 em 1930, 40.000 em 1940, 78.000 em 1950, 172.000 em 1960, 290.000 em 1970 e, por fim, para cerca de 330.000 em 1974 (PIMENTA, 2008). Nesta altura constituíam mais de 5% do total da população angolana, que se situava nos seis milhões de habitantes, ou seja eram a segunda maior comunidade branca do continente africano, logo a seguir à da África do Sul³.

O incremento demográfico da minoria branca foi patrocinado pelo Estado Novo que, após 1945, promoveu a colonização dirigida das zonas rurais mediante a criação de novos colonatos agrícolas, sendo os mais conhecidos o da Cela, no planalto central, e os do vale do rio Cunene. Além disso, a expansão da economia ligada a produção de café, sobretudo após o final da 2.^a Guerra Mundial, proporcionou um crescimento do número de colonos brancos no Noroeste de Angola. Assistiu-se então ao desenvolvimento de novos núcleos urbanos e rurais, bem como à formação de uma rica elite de fazendeiros brancos, os chamados “barões do café”. Contudo, a ocupação das melhores terras produtoras de café por parte dos colonos foi em larga medida feita à custa da expropriação de terrenos aos agricultores africanos, facto que gerou um ambiente de acentuada tensão social e de profundo descontentamento entre os indígenas. Essa tensão explodiu de forma violenta em 15 de Março de 1961, resultando no massacre de várias centenas de brancos por grupos de africanos armados enquadrados por elementos da União dos Povos de Angola. Esta rebelião assinalou o início da guerra de independência de Angola, que se prolongou até 1974 (PÉLISSIER, 1978). Em todo o caso, o progressivo desenvolvimento económico do território, mesmo depois da deflagração da guerra, atraiu um número crescente de colonos brancos, alguns com poucos recursos económicos. Muitos permaneceram pobres, habitando os bairros de lata de Luanda, os chamados muceques. Mas isso não obstou à constituição de uma restrita burguesia comercial, industrial e agro-pecuária, bem como de um estrato de intelectuais, com

³ Em 1970, a África do Sul tinha 3.773.000 brancos, Angola 290.000 e a Rodésia do Sul 271.000, representando respectivamente 17,3%, 5,1% e 4,5% dos totais das populações desses três países.

formação liceal ou universitária, cujos interesses nem sempre foram convergentes (HENRIQUES, 2000, p. 255).

Em termos políticos, muitos colonos brancos tinham por horizonte a transformação de Angola numa espécie de “Novo Brasil”, senão mesmo uma “Nova Lusitânia”. O objectivo era a constituição de uma grande nação euro-africana, de matriz portuguesa, capaz de contrabalançar a hegemonia sul-africana na África Austral (MACEDO, 1910; MATOS, 1926; FERREIRA, 1946; FERREIRA, 1948). Este objectivo nunca foi atingido devido ao número limitado de brancos que de facto se estabeleceu na colónia. Houve no entanto um significativo protesto autonomista – e mais tarde nacionalista de cariz euro-africano – que exigiu a autonomização da colónia – e a própria independência – sob a “orientação” da minoria branca, ainda que aceitasse a participação política das elites mestiça e negra europeizada. Mas este protesto foi severamente reprimido pelo regime ditatorial de Salazar, que sempre negou à população branca o controlo do aparelho do Estado colonial (PIMENTA, 2008).

Por sua vez, a forma como decorreu o processo de descolonização de Angola, por meio de um acordo fechado entre o Estado Português e as guerrilhas nacionalistas africanas e sem a participação dos representantes da sociedade civil e dos movimentos políticos formados pelos brancos, deixou a população branca numa situação de grande fragilidade política. A este respeito, a excessiva dependência da minoria branca relativamente à tutela metropolitana, fruto de décadas de repressão salazarista e de um centralismo administrativo asfixiante, minou qualquer possibilidade de reacção por parte dos brancos. Excluída politicamente do processo de independência e deixada a mercê da “boa vontade” das guerrilhas africanas, a população branca foi uma das primeiras vítimas da guerra civil que rebentou entre os três movimentos guerrilheiros ainda durante a fase de transição para a independência, tendo sido evacuada em massa para a ainda metrópole em 1975, com o recurso a uma ponte aérea entre Angola e Portugal. Um número significativo de refugiados brancos fugiu para a África do Sul, para o Brasil e para outros países. E muito embora algumas dezenas de milhares de brancos tenham permanecido no território angolano, a verdade é que o êxodo da maior parte da população de origem portuguesa conduziu à implosão da sociedade colonial. Uma

situação que de alguma forma “replicou” o que tinha acontecido treze anos antes na Argélia (PIMENTA, 2015).

Feitas estas considerações, vejamos então a forma como a historiografia tem tratado a questão do colonialismo demográfico português em Angola.

Historiografia sobre o colonialismo demográfico português em Angola

Nas últimas duas décadas tem crescido o interesse da historiografia internacional pelo estudo do colonialismo demográfico, em especial nos domínios do antigo Império Britânico. Na verdade, foi só na segunda metade da década de 1990 que o colonialismo demográfico começou a ser considerado uma área de estudo autónoma dos estudos coloniais (VERACINI, 2013, p. 313-333). Antes disso, porém, já havia um conjunto substancial de estudos⁴ sobre as várias experiências históricas de colonialismo demográfico, mas não se dispunha ainda de um quadro teórico-analítico suficientemente bem estruturado para autonomizar os chamados *settler colonial studies* da categoria genérica dos estudos coloniais. Particularmente relevantes no processo de autonomização dessa área de estudos foram os trabalhos editados por Daiva K. Stasiulis e Nira Yuval-Davis (1995), Patrick Wolfe (1999), David Pearson (2001), Caroline Elkins e Susan Pederen (2005), Annie Coombes (2006), James Belich (2009) e Lorenzo Veracini (2010). E, mais recentemente, tem vindo a lume um número cada vez maior de publicações sobre o tema, sendo disso exemplo a edição da revista *Settler Colonial Studies*, desde 2011, e a recente publicação da obra *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism* (London/New York, Routledge, 2016), coordenada por Edward Cavanagh e Lorenzo Veracini. Este volume assume-se desde já como a principal obra de referência sobre a história do colonialismo demográfico numa perspectiva global e cronologicamente diacrónica, desde a Antiguidade Clássica até ao século XX.

No entanto, esta florescente e bem sedimentada historiografia internacional sobre o fenómeno do colonialismo demográfico contrasta com a escassez de estudos sobre o caso português. De facto, a debalde dos progressos significativos feitos nos últimos anos no âmbito da história colonial portuguesa⁵, a temática do colonialismo

⁴ A título de exemplo veja-se: GANN, 1962; ÉTIENNE, 1968; GANN, 1970; O'MEARA, 1975; O'BRIEN, 1979; MOSLEY, 1983; O'MEARA, 1983; CROSBY, 1986; KENNEDY, 1987; MARKS, 1987.

⁵ Para um balanço recente dos estudos sobre o colonialismo português veja-se: MALTEZ, 2016, p. 339-657.

demográfico tem sido praticamente ignorada em Portugal⁶. No caso concreto da colonização portuguesa de Angola, muito embora sejam frequentes as referências históricas aos colonos brancos, quase ninguém se interessou pelo seu estudo de forma aprofundada. Regra geral, os colonos brancos foram vistos como meros comparsas da situação colonial, desprovidos de qualquer agência no processo político e com pouca relevância em termos económicos, sociais e culturais. Uma espécie de espectadores (passivos) do fenómeno colonial. Trata-se claramente de uma perspectiva enviesada, senão mesmo deturpada, da história da colonização portuguesa em África, fruto talvez duma leitura demasiado ligeira e politizada do fenómeno colonial.

Dito isto, ainda que sejam raros os estudos sobre a presença da minoria branca de origem portuguesa em Angola, houve quem se tivesse debruçado sobre a questão do povoamento branco. O assunto foi abordado principalmente por geógrafos, destacando-se neste campo Ilídio do Amaral (1960) e Carlos Alberto Medeiros (1976), este último autor de uma importante monografia sobre a colonização branca das Terras Altas da Huíla. Mais tarde, Orlando Ribeiro (1981) fez o balanço – numa perspectiva geográfica – dessa colonização branca, concluindo pelo seu fracasso em virtude da implosão da “comunidade branca” durante o processo de descolonização em 1974/1975. Entre os antropólogos, o assunto mereceu uma atenção mais limitada, salientando-se neste caso o pequeno estudo de Cristiana Bastos (2008) sobre a primeira fase da colonização madeirense da Huíla. No plano historiográfico, Cláudia Castelo (2007) analisou as políticas de povoamento branco durante o Estado Novo. Contudo, a análise tem o seu enfoque nos movimentos migratórios ligados ao povoamento de Angola e de Moçambique (“com naturais da metrópole”) e não nas sociedades coloniais brancas em si. Cláudia Castelo também não desenvolveu a questão do comportamento político dos colonos portugueses em África, nomeadamente a problemática das suas relações de tensão e de conflito com a mãe pátria e de concorrência com as elites africanas.

Da nossa parte, enquanto historiador, temos vindo a desenvolver esforços no sentido da afirmação dos estudos sobre o colonialismo demográfico no panorama historiográfico português. Como tal, publicámos vários livros, artigos e ensaios sobre a problemática das identidades sociais e dos comportamentos políticos dos colonos

⁶ Para Moçambique há alguns estudos pioneiros realizados por académicos não-portugueses, nomeadamente os trabalhos de MIDDLEMAS (1979) e PENVENNE (2005).

brancos na África Portuguesa, realçando a relevância histórica do nacionalismo branco, de cariz euro-africano, em Angola. Tal como já referimos, esta forma de nacionalismo tinha por objectivo a formação de um Estado Angolano independente, no qual os brancos pudessem assumir uma posição de destaque na vida económica, social e política do país⁷.

Mas continua a faltar uma análise estrutural do fenómeno da colonização branca na África Portuguesa e que tenha em consideração as estruturas económicas, sociais e políticas dessas sociedades coloniais brancas, as formas de estratificação social e as relações de classe no seu interior, as formas de participação na governação, as reivindicações de controlo do Estado colonial, as tensões com a administração portuguesa, a formação de grupos e de partidos políticos nas colónias, as relações com as populações mestiça e negra, etc. Isto implica questionar o papel dos brancos tanto no processo de colonização, como no processo de luta pela independência e de formação dos novos Estados africanos. E isto remete-nos para a questão das identidades sociais e políticas das populações brancas coloniais, mormente em Angola.

Identidades sociais e políticas dos brancos de Angola

Em Angola, a população branca nunca formou um bloco homogéneo em termos económicos, sociais e políticos. Pelo contrário, dentro do estrato colonizador existia uma notável heterogeneidade que, por vezes, raiava a fragmentação. Além disso, nunca foram bem definidas as fronteiras entre brancos e mestiços, pois nunca se trataram de grupos estanques, havendo uma notável promiscuidade social entre ambos os segmentos demográficos. Tudo isto coloca-nos questões de carácter identitário de grande complexidade e que exigem uma reflexão mais aprofundada. Neste sentido, urge pensar criticamente o significado de “branco” à luz do contexto histórico colonial e, mais tarde, da luta anticolonial. Senão vejamos.

Em qualquer sociedade a identidade de um determinado grupo social é uma categoria construída, múltipla e fluída, no sentido em que não se trata de algo reificado e que não deve ser percebida numa perspectiva essencialista (COOPER, 2005, p. 56-65;

⁷ Sobre a questão do nacionalismo branco em Angola remetemos para as nossas publicações mencionadas na bibliografia, nomeadamente os livros: *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)* e *Angola. Os Brancos e a Independência*.

PIMENTA, 2005b). Em Angola, o processo de auto-representação social e política dos colonos brancos – logo de construção de uma identidade – esteve sujeito à influência de um conjunto de factores internos e externos, nomeadamente às diferenças de ordem económica, social e geográfica no seio do núcleo colonial branco e às ideologias políticas e às práticas de classificação social – e racial⁸ – do colonialismo português em Angola. Isto é, as identidades sociais e políticas dos colonos não só foram o produto da acção político-identitária desenvolvida pelos próprios colonos brancos, mas foram também o resultado de certas determinantes externas, mormente das imposições e das delimitações sociais, raciais e políticas produzidas pelo poder colonial e, posteriormente, pelos movimentos nacionalistas africanos. Importa, pois, distinguir, pelo menos, três significados diferentes de branco: étnico, cultural e político.

No sentido étnico, branco referia-se àquela população de extracção europeia estabelecida no território angolano durante a ocupação colonial portuguesa, independentemente da sua nacionalidade e/ou naturalidade, cuja cor da pele constituía o sinal distintivo da sua origem geográfica. Assim, branco era tanto o indivíduo nascido na Europa, como o natural de Angola ou de outro território, desde que integralmente descendente de europeus (pais, avós, etc.) e de fenótipo claro. Note-se que, por vezes, o termo europeu era utilizado como sinónimo de branco, por oposição a africano (sinónimo de negro), pois o homem europeu permanecia o arquétipo do branco colonial. Em alguns casos os mestiços de coloração mais clara – designados de “cabritos” e de “cabritinhos” – confundiam-se com os brancos, uma vez que não existia uma barreira racial oficial – *colour bar* – capaz de assegurar a pureza da categoria, ao contrário do que sucedia durante o regime de *apartheid* na África do Sul. A não institucionalização dessa barreira racial poderá ser compreendida pelo simples facto das autoridades coloniais terem considerado desnecessária a sua adopção em Angola. Geralmente, as barreiras raciais foram institucionalizadas onde e quando determinados sectores das populações colonizadas, ou pelo menos não brancas (mestiços e asiáticos), tinham adquirido uma

⁸ A profunda carga ideológica que as ciências naturais e humanas atribuíram ao conceito de raça implica desde já um esclarecimento prévio. A sua utilização neste estudo obedeceu ao princípio que a ideia de raça é uma invenção dos tempos modernos e não encontra uma confirmação empírica objectiva, isto é, não há raças biológicas, mas apenas raças sociologicamente inventadas e reinventadas, segundo as ideologias dominantes em determinado tempo e espaço. Desta forma, o recurso frequente ao termo raça deve ser entendido à luz do contexto colonial, no qual emergiu o nacionalismo angolano. As mesmas observações valem quanto ao uso do conceito de etnia (BANTON, 1977; REX, 1986).

força económica, social e cultural capaz de ameaçar a primazia europeia. Esta era, por exemplo, a situação em meados do século XX na África do Sul (O'MEARA, 1983; MARKS, 1987). Ao invés, em Angola, as populações colonizadas negras jamais estiveram em posição de ameaçar a hegemonia económica, social e política dos portugueses. Por outro lado, a ausência dessa barreira racial terá contribuído para contrabalançar a rigidez das franjas mais conservadoras da população branca, pelo que terá evitado o desenvolvimento de uma identidade puramente étnica entre os brancos angolanos.

No sentido cultural, branco podia referir-se a todos os que tinham adoptado parcial ou integralmente um modo de vida europeu, simbolizado ou materializado na adopção da língua, da religião, dos códigos de comportamento, das formas de sociabilidade, do vestuário, do calçado, dos hábitos de alimentação, de trabalho e de lazer, do sistema de propriedade, da organização espacial dos espaços de produção e de habitação, etc. A categoria assumia portanto contornos mais esfumados, em virtude da enorme elasticidade do critério determinante utilizado – o modo de vida ou um certo *habitus* cultural (BOURDIEU, 1989). Por exemplo, para um negro do interior, com pouco contacto com o mundo moderno, era branco tanto o colono recém-chegado da Europa, como o mestiço ou o negro do litoral que calçava botas e vestia à europeia. Assim, branco deixava de ser exclusivamente o indivíduo de fenótipo claro, para englobar todos os que tinham adoptado o modo de vida do colonizador. Na cidade verificava-se uma situação muito diferente, uma vez que muitos dos negros que apenas recentemente tinham adoptado algumas das características do modo de vida europeu – os chamados “pretos calcinhas” – eram alvo da chacota dos brancos e de uma parte substancial das antigas elites mestiça e negra europeizada. No pólo oposto estavam os brancos “cafrealizados”, isto é, os brancos que tinham adoptado o modo de vida dos negros da sanzala. Estes brancos “africanizados” eram vítimas do desprezo da restante “comunidade” branca, em especial dos colonos recém-chegados, e das autoridades portuguesas que os consideravam “selvagens”. Desta forma, a maior elasticidade do significado cultural de branco implicava um entendimento equívoco – senão contraditório – da palavra, extravasando em muito o seu significado étnico. Mas essa ambiguidade proporcionava o ambiente necessário para o aparecimento de espaços de comunicação, de negociação e de mútuo conhecimento entre colonizadores e

colonizados, dando origem a formas de transculturalidade, nomeadamente em Luanda e Benguela (PIMENTA, 2006)⁹.

No sentido político, assistiu-se ao desenvolvimento de um conjunto de elaborações ideológicas sobre o significado de branco. Na situação colonial, branco poderia ser entendido no sentido lato de não-indígena, isto é, agrupando todos os que usufruíam dos direitos inerentes à cidadania (e que por isso não estariam sujeitos ao trabalho obrigatório). Neste caso, pelo menos até à abolição do Estatuto do Indigenato, em Setembro de 1961, a categoria de branco englobava os colonos e seus descendentes, a maior parte dos mestiços e um número muito reduzido de negros europeizados que tinham conseguido provar a aquisição da civilização europeia – os chamados assimilados. Este grupo heterogêneo de cidadãos correspondia àquilo que os censos populacionais designavam de “População Civilizada”, por oposição à “População Indígena”¹⁰.

No entanto, branco também foi usado num sentido muito mais restritivo, pelas próprias autoridades coloniais portuguesas durante o Estado Novo, para definir exclusivamente os indivíduos de pele clara nascidos na Europa. De fora ficavam os brancos, filhos de colonos, naturais de Angola, que eram remetidos para uma nova categoria, a dos euro-africanos. Isto significa que, pelo menos durante um certo período, os teóricos da ditadura colonial de Salazar consideravam que a naturalidade poderia de alguma forma determinar a raça de um indivíduo. Os euro-africanos não gozavam exactamente dos mesmos direitos dos brancos europeus – os “autênticos”, os “puros” – , sofrendo por isso a discriminação económica, cultural e política exercida pela potência

⁹ Essa transculturalidade foi por alguns entendida como criouldade; mas uma criouldade diferente da que aconteceu no Novo Mundo. No seu ensaio *Luanda: ilha crioula*, publicado em 1968, o intelectual mestiço Mário António Fernandes de Oliveira expôs as bases dessa criouldade angolana, na qualidade de fenómeno cultural e que envolvia brancos, mestiços e negros. Na verdade, fenómenos semelhantes podem ser encontrados noutras regiões africanas, em particular na Serra Leoa, para além do caso mais conhecido representado por Cabo Verde. Veja-se: OLIVEIRA, 1968; MARGARIDO, 1992, p. 161-166.

¹⁰ Os indígenas não eram cidadãos portugueses, mas sim meros sujeitos coloniais e como tal não gozavam das garantias e dos direitos reconhecidos pela lei geral. De facto, o Estado Português entendia que as populações negras colonizadas estavam num estágio civilizacional muito inferior aos metropolitanos e que, por isso, não tinham capacidade de determinar-se e de entender a natureza ou a finalidade das leis europeias. Como tal, essas populações eram regidas por legislação especial, nomeadamente pelo Estatuto do Indigenato e pelo Código de Trabalho Indígena. À luz desta legislação, os indígenas podiam ser deslocados pelas autoridades coloniais e compelidos a formas de trabalho obrigatório. A passagem dos indígenas à condição de cidadãos era legalmente possível através do processo de assimilação. Mas este processo era complexo, do ponto de vista jurídico, e o número de assimilados foi sempre bastante restrito (COLÓNIAS, 1926; COLÓNIAS, 1928; MOREIRA, 1956).

colonial, ainda que de forma muito menos violenta da que era vítima a maioria negra. Assim, pelo menos durante o salazarismo, a situação dos brancos naturais de Angola, os euro-africanos, não era muito diferente da dos brancos nascidos nas colônias americanas – os crioulos – no tempo da dominação espanhola. Neste cenário, os mestiços permaneciam numa situação peculiar e ambígua, confluindo por vezes na categoria (alargada) dos euro-africanos. Daí que brancos naturais de Angola e mestiços filhos de colonos transpusessem frequentemente as distâncias produzidas pelas diferenças da cor para trabalharem em conjunto em organizações com objectivos à primeira vista culturais – mas de fundo claramente político – como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), a Sociedade Cultural de Angola (SCA) ou a Casa dos Estudantes do Império (CEI) (PIMENTA, 2008).

Neste contexto, na situação colonial angolana, a categorização racial tanto podia ser influenciada pela lei – no sentido lato – , como pela origem geográfica – no sentido restrito – , mas não exclusivamente pela cor da pele, de forma que os significados étnico, cultural e político de branco não eram coincidentes.

Esta multiplicidade político-semântica também foi uma característica das elaborações ideológicas produzidas pelos movimentos nacionalistas angolanos. Por exemplo, para a União dos Povos de Angola (UPA) tanto era branco o fazendeiro de café originário de Lisboa, como o funcionário mestiço ou negro europeizado de Luanda, pois os três eram considerados o produto e agentes da dominação colonial portuguesa. Na perspectiva da UPA, pelo menos num primeiro momento, a independência teria necessariamente de passar pela eliminação desses três elementos demográficos, considerados estranhos à matriz original africana do país, cujo arquétipo se deveria encontrar algures nos míticos tempos pré-coloniais. Este tipo de entendimento essencialista, tradicionalista e quase messiânico foi também usado por alguns sectores da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), já depois da independência, contra o MPLA, considerado o partido dos mestiços, filhos de colonos, de Luanda (CHABAL, 2002).

Pelo contrário, no MPLA a posição dos brancos no contexto angolano foi sempre considerada com muita ambiguidade, em virtude da origem e da composição racial do grupo dirigente do movimento. Assim, se, por um lado, muitos brancos naturais da

colônia se identificaram com o alegado multirracismo do MPLA, por outro, na sua I Conferência Nacional (1962), em Leopoldville (actualmente Kinshasa), esse movimento recusou a entrada de brancos nas suas fileiras, reduzindo-os à condição de “portugueses de Angola”. O MPLA colocava assim em acto um processo de diferenciação em relação aos brancos de Angola. Com efeito, o discurso externo anti-racista foi contrastado por uma prática interna que marginalizou de facto os brancos, num movimento que procurou o reconhecimento da sua legitimidade nacionalista através da negrificação da sua cúpula dirigente. Este processo conduziu à eleição de Agostinho Neto para o cargo de Presidente e à saída de alguns dos seus quadros mestiços – entre os quais o ex. Secretário-Geral, Viriato da Cruz – em 1962-1964. Só muito mais tarde, por iniciativa do próprio Agostinho Neto, é que um número muito circunscrito de brancos foi admitido no MPLA (CRUZ, 1964, p. 5-16; REIS, 1996, p. 697-709).

O MPLA foi portanto um dos responsáveis – mas não o único – pela redução do significado político de branco ao seu sentido étnico, senão vejamos. A partir de 1962 os quadros mestiços passaram de uma posição de relativa hegemonia para uma situação de algum “desconforto” político no seio do MPLA. Na prática interna do movimento – mas não na teoria revolucionária – a legitimidade nacionalista era conferida pela cor da pele. A lógica dominante era a de que quanto mais negra fosse a epiderme, menor teria sido a ligação aos colonizadores e maior seria a autenticidade nacionalista, o que colocava os mestiços numa posição incómoda. A sua situação agravava-se pelo facto de alguns sectores negros não realizarem qualquer distinção entre brancos e mestiços, visto que ambos eram filhos de colonos e, de certa forma, marcas da dominação colonial portuguesa (valia neste caso o significado cultural de branco). As tensões que se verificaram dentro do movimento, com alguns actos de violência contra certos destacados quadros mestiços, apenas vieram confirmar quão delicada era a posição dos mestiços no seio do MPLA. Por isso, os mestiços, que na situação colonial sempre tinham procurado valorizar a sua ascendência europeia, passaram rapidamente a reivindicar a sua componente africana, ao mesmo tempo que tentaram apagar as suas relações com os brancos – ou seja, “lembraram-se da mãe negra e esqueceram o pai branco”. No seu esforço para fugir às evidentes relações com a população colonizadora, os mestiços contribuíram para a delimitação política da categoria de branco ao conjunto de

indivíduos de epiderme clara e de ascendência exclusivamente europeia. Não foram considerados factores como a naturalidade ou a posição no interior da situação colonial que, noutros contextos, tinham condicionado as definições cultural e política de branco. Em poucas palavras, os significados político e étnico de branco tornaram-se coincidentes pela redução do primeiro ao segundo (PIMENTA, 2006).

À operação de coincidência dos significados político e étnico de branco, seguiu-se um processo de responsabilização deste elemento pelos males do colonialismo. Nesse processo tomaram parte todos os que de algum modo estavam interessados no afastamento dos brancos da governação de uma futura Angola independente. Do exterior vinha o impulso de quem pensava que seria mais fácil controlar e explorar os recursos económicos do país sem a presença da sua população branca, nomeadamente duma burguesia local autónoma e duma *intelligentsia* suficientemente maduras para se oporem ao saque das riquezas minerais angolanas. As grandes potências – Estados Unidos da América e União Soviética – , as potências regionais – sobretudo o Zaire (Congo-Kinshasa), mas também o Congo-Brazzaville, o Quénia e a Zâmbia – , as grandes companhias económicas com interesses no território angolano e até certas forças políticas portuguesas. Do interior cresciam as aspirações hegemónicas de certas fracções das elites mestiça e negras que não estariam dispostas a partilhar o poder com as elites brancas. A exclusão dos brancos do processo nacionalista prevenia portanto uma competição mais alargada pelo poder no momento da independência, restringindo consideravelmente o lote dos concorrentes.

De facto, durante o processo de descolonização, as elites brancas foram as primeiras a ficar de fora da corrida pelo poder, pois eram as que menos argumentos nacionalistas podiam apresentar no quadro da luta pela independência. Uma independência que seria feita em nome da maioria colonizada e, em certa medida, à custa da extromissão do estrato colonizador. Assim, os brancos – finalmente reduzidos ao seu significado étnico – foram publicamente apresentados como os principais agentes (e beneficiados) da exploração colonial portuguesa, retomando-se argumentos anteriormente avançados durante os massacres do Norte de Angola, em 1961. Politicamente delimitados e estranhados da sua nacionalidade, os brancos angolanos serviram de bode expiatório quer aos “cinco séculos de exploração colonial portuguesa”,

quer às limitações e desinteligências do nacionalismo angolano. Estavam assim criadas as condições para o seu êxodo para a metrópole durante o período de transição para a independência de Angola (PIMENTA, 2015).

Memória do colonialismo demográfico: políticas de classificação do património histórico-cultural em Angola

Terminada de forma abrupta a experiência histórica representada pelo colonialismo demográfico português em Angola, por via da evacuação da população branca e da consequente implosão da sociedade colonial em 1975, impõe-se um questionamento sobre a forma como o Estado Angolano independente tem lidado com a memória histórica desse mesmo colonialismo demográfico. Assim, muito embora não haja um museu dedicado à questão da colonização portuguesa, a memória dessa colonização não só permanece viva, como também é salvaguardada pelo próprio Estado Angolano por via da classificação e conservação do património edificado pelos portugueses em Angola. Vejamos.

O Ministério da Cultura de Angola apresenta, na sua página institucional¹¹, uma lista de duzentos e oito monumentos e sítios registados como património histórico-cultural. Desse conjunto, cerca de 79,8% dizem respeito ao período colonial, sendo na sua maioria construções e monumentos edificados pelos colonizadores portugueses (ainda que nalguns casos com o emprego de mão de obra africana). Trata-se de fortalezas, igrejas, palácios e outros edifícios que remetem directamente para o domínio colonial português, sendo nalguns casos símbolos explícitos dos colonizadores, da sua cultura e da sua religião. Pelo contrário, é bastante limitado o número de sítios e monumentos relativos ao período pré-colonial (12,5%), à história da resistência africana ao colonialismo e à luta anticolonial (5,3%), à história da escravatura (1,4%) e à fase pós-colonial (1%).

A Província da Huíla constitui um caso particularmente emblemático no que diz respeito ao predomínio do período colonial no quadro do património histórico-cultural classificado como tal pelo Estado Angolano. De facto, nessa Província, os dez monumentos e sítios classificados como património histórico-cultural referem-se na

¹¹ http://www.mincultura.gv.ao/monumentos_reg_angola.htm.

totalidade à presença europeia na região. Entre eles estão os próprios barracões¹² que albergaram os primeiros colonos madeirenses que fundaram a cidade do Lubango em 1885, bem como o Cemitério da Comunidade Bóer¹³ da Humpata. O edifício do Palácio do Governo Distrital¹⁴, do século XIX, a Igreja da Sé Catedral do Lubango¹⁵ e a Estátua do Cristo-Rei do Lubango¹⁶, ambas do século XX, são outros três monumentos classificados pelo Ministério da Cultura de Angola. Facto muito significativo é a pretensão das autoridades angolanas no sentido da classificação como Património Cultural Mundial pela UNESCO da Estátua do Cristo-Rei do Lubango, da Sé Catedral do Lubango e do Cemitério Boer da Humpata. Pela sua simbologia, a Estátua do Cristo-Rei destaca-se do conjunto dos monumentos existentes na Huíla, na medida em que representa não só a afirmação da fé católica – a religião dos colonizadores –, como também simboliza a unidade cultural dos vários territórios que compunham o chamado “espaço lusíada, fruto da expansão portuguesa no Mundo. Erguido a 2.100 metros de altitude, no cimo da Serra da Chela, o Cristo-Rei do Lubango é um monumento concebido na década de 1950, pelo engenheiro português da Ilha da Madeira Frazão Sardinha, apresentando evidentes analogias com estátuas similares que se erguem nas cidades do Rio de Janeiro e em Lisboa (na Ponta do Garajau, na Madeira, também existe uma estátua semelhante, mas com dimensões mais reduzidas). No contexto pós-colonial, o empenhamento institucional das autoridades angolanas na classificação e na conservação desse monumento é revelador de uma certa concepção de história nacional que não só não exclui a memória da colonização, como também a incorpora na identidade da nação.

Com efeito, o património histórico-cultural e, em especial, os monumentos são instrumentos privilegiados no processo de definição da memória histórica colectiva de uma comunidade, bem como no processo de construção de identidades nacionais, regionais e locais. Por isso, a classificação e a preservação de um tão elevado número de sítios e de monumentos relativos ao período colonial implica a afirmação de uma identidade nacional fortemente marcada pela presença portuguesa. Há uma clara incorporação do passado colonial na identidade nacional de Angola. Esta situação pode,

¹² Classificado pelo despacho nº 62, de 11 de Novembro de 1995.

¹³ Classificado pelo despacho nº 92, de 26 de Maio de 2000.

¹⁴ Classificado pelo despacho nº 46, de 8 de Julho de 1992.

¹⁵ Classificada por decreto executivo de 16 de Abril de 2014.

¹⁶ Classificada por decreto executivo 29/14, de 10 de Fevereiro de 2014.

à primeira vista, causar alguma estranheza, uma vez que a independência foi alcançada por movimentos políticos que reclamavam uma identificação com as populações africanas colonizadas (e não propriamente com os colonizadores de origem portuguesa). Mas, na verdade, a conservação do património edificado pelos portugueses, que no fundo constitui a memória material visível da época colonial, é reveladora da identidade de uma parte muito significativa da cúpula dirigente do partido no poder desde a independência em Angola, ou seja do MPLA.

De facto, o MPLA tem no seu âmbito um conjunto de quadros e de dirigentes mestiços ou negros europeizados, descendentes das antigas famílias assimiladas, de língua e cultura portuguesas, bem como católicos (a retórica marxista usada no passado pelo MPLA foi em larga medida instrumental, sendo acima de tudo uma forma de captar maiores apoios internacionais para a sua causa). Esta elite – que frequentemente é designada de crioula – é num certo sentido o produto da secular presença portuguesa em Angola, em especial em Luanda, pelo que a sua identidade foi amplamente modelada pelo colonialismo português. Por isso, os vestígios materiais da colonização portuguesa constituem, em larga medida, os alicerces da sua própria história e as bases da sua identidade. Daí o forte interesse demonstrado pelo governo do MPLA na preservação do património histórico-cultural de origem portuguesa em Angola. Trata-se no fundo de conservar a própria história enquanto grupo – grupo com fortes afinidades históricas aos colonizadores. É que, muito embora o MPLA se proclamasse representante da maioria colonizada, o seu núcleo duro sempre esteve mais próximo dos colonos portugueses, do ponto de vista económico, social e cultural, do que dos indígenas negros. Assim, apesar da retórica anticolonial usada antes (e depois) da independência, o MPLA tem sido na prática o principal responsável pela conservação da língua, da cultura e do património de origem portuguesa em Angola.

Esta situação tem claras consequências no campo identitário e na forma como os angolanos percebem o seu passado, uma vez que o MPLA projectou a sua própria história no todo nacional. Tal como a língua portuguesa, que funciona como um instrumento de agregação e de promoção da unidade nacional, também o legado colonial – em termos de património histórico-cultural – fornece uma memória simbólica unificadora da nação, fundamental na afirmação de uma identidade nacional supra-

étnica, mas que na verdade reflecte a identidade de parte substancial da cúpula dirigente do MPLA. Daí a aposta das autoridades angolanas na classificação e na preservação do património histórico-cultural do período colonial, em detrimento da patrimonialização dos vestígios materiais da época pré-colonial que, pela diversidade dos povos existentes no espaço angolano, poderia de alguma forma oferecer uma visão desagregadora da nação.

Neste contexto, apesar da desestruturação do colonialismo demográfico, pela evacuação dos colonos brancos em 1975, a memória da colonização portuguesa desempenha um papel central no processo de construção da nação pós-colonial em Angola. A este respeito, são claras as continuidades entre o período colonial e o pós-independência, em especial ao nível do processo de criação da identidade nacional angolana. Assim, a natureza permanente do colonialismo demográfico não se esvaneceu de todo, continuando pelo contrário a condicionar o entendimento que a sociedade angolana tem si mesma e do seu passado. E, muito embora os portugueses nunca tenham conseguido “reproduzir” a sociedade metropolitana no continente africano, não havendo lugar à formação de um novo Brasil, tão pouco de uma “Nova Lusitânia”, o facto é que Angola é um país com fortíssimas ligações a Portugal, em termos económicos, sociais, culturais e até políticos.

Neste sentido, o estudo do caso angolano parece-nos particularmente pertinente para uma problematização do fenómeno do colonialismo demográfico em contexto africano, na medida em que nos chama a atenção para um conjunto de questões no campo identitário, bem como para a permanência de certos aspectos da colonização europeia muito para além da evacuação da população colonizadora. Mas um conhecimento mais aprofundado do colonialismo demográfico português só pode ser alcançado por via do desenvolvimento de uma historiografia colonial mais abrangente, mais centrada na análise da situação colonial em si, adoptando se necessário uma perspectiva comparativa e capaz de dialogar com outras disciplinas, entre as quais a geografia, a antropologia ou a sociologia. Enfim, uma história com um enquadramento teórico forte, mas com o necessário pendor analítico, feita a partir da leitura e da interpretação crítica das fontes.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2012.

AMARAL, Ilídio do. *Aspectos do povoamento branco de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Cristiana. Migrants, Settlers and Colonists. *International Migration*, vol. 46, n.º 5, p. 27-54, 2008.

BELICH, James. *Replenishing the Earth: The Settler Revolution and the Rise of the Angloworld*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BROWNELL, Josiah. *Collapse of Rhodesia: Population Demographics and the Politics of Race*. Londres: I.B. Tauris, 2011.

CAVANAGH, Edward; VERACINI, Lorenzo. *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London/New York: Routledge, 2016.

CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.

CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst Company, 2002.

COLÓNIAS, Ministério das. *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, decreto n.º 12.533, de 23 de Outubro de 1926 [confirmado por decreto n.º 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929].

COLÓNIAS, Ministério das. *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África*, decreto n.º 16.199, de 6 de Dezembro de 1928.

COOMBES, Annie. *Rethinking Settler Colonialism: History and Memory in Australia, Canada, New Zealand and South Africa*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

COOPER, Frederik. *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Los Angeles/London: University of California Press, 2005.

CROSBY, Alfred W. *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- CRUZ, Viriato da. Angola: quelle indépendance. *Révolution: Revue Mensuelle Internationale*, n.º 6, p. 5-16, Fevereiro de 1964.
- ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan. *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York/London: Routledge, 2005.
- ÉTIENNE, Bruno. *Les européens d'Algérie et l'indépendance algérienne*. Paris: CNRS, 1968.
- FERREIRA, Vicente. A raça branca em Angola. In: *Antologia Colonial Portuguesa. Política e administração*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, p. 271-279.
- FERREIRA, Vicente. A Nova Lusitânia – Angola. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 7 e 8, p. 345-372, Julho/Agosto de 1948.
- GANN, L. H.; DUIGNAN, Peter. *White Settlers in Tropical Africa*. Baltimore: Penguin Books, 1962.
- GANN, L. H.; DUIGNAN, Peter. Changing patterns of a white elite: Rhodesians and other settlers. In: *Colonialism in Africa 1870-1960. The History and Politics of Colonialism 1914-1960* (vol. 2). Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 110-121.
- HARRISON, Alexander. *Challenging De Gaulle. The OAS and the Counterrevolution in Algeria, 1954-1962*. New York: Praeger, 1989.
- HENRIQUES, Isabel Castro. A sociedade colonial em África. Ideologias, hierarquias, quotidianos. In: *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento, 1930-1998*. Navarra: Temas e Debates, 2000, p. 216-274.
- KENNEDY, Dane. *Islands of White. Settler Society and Culture in Kenya and Southern Rhodesia, 1890 – 1939*. Durham: Duke University Press, 1987.
- KRAUTWURST, Udo. What is Settler Colonialism?, *History and Anthropology*, vol. 14, n.º 1, , p. 55-72, 2003.
- LECONTE, Daniel. *Les pieds-noirs. Histoire et portrait d'une communauté*. Paris: Editions du Seuil, 1980.
- LOUIS, Wm Roger. *The Oxford History of the British Empire* (Vol. 4). Oxford: Oxford University Press, 1998-1999.
- MACEDO, José de. *Autonomia de Angola. Estudo de administração colonial*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.
- MALTEZ, José Adelino. *Do Império por cumprir. II Portugal e o regresso ao d'aquém (1926-1976)*. Lisboa: Edições ISCSP, 2016.

- MARGARIDO, Alfredo. O testamento histórico-político de Mário António (Fernandes de Oliveira). *Finisterrae. Revista de Reflexão e Crítica*, n.º 9, p. 161-166, 1992.
- MARKS, Shula; TRAPIDO, Stanley. *The Politics of Race, Class and Nationalism in Twentieth Century South Africa*. London/New York: Longman, 1987.
- MATOS, J. M. Norton de. *A Província de Angola*. Porto: Edição Maranus, 1926.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. *A colonização das Terras Altas da Huíla (Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1976.
- MIDDLEMAS, Robert Keith. Twentieth Century White Society in Mozambique, *Tarikh*, vol. 6, n.º 2, p. 30-45, 1979.
- MILLER, J. D. B. *Britain and the Old Dominions*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966.
- MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato: Guiné, Angola e Moçambique. *Garcia da Orta*, vol. 4, n.º 2, p. 159-189, 1956.
- MOSLEY, Paul. *The Settler Economies. Studies in the Economic History of Kenya and Southern Rhodesia 1900-1963*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- O'BRIEN, Rita Cruise. White Society in Africa. *Tarikh*, vol. 6, n.º 2, p. 1-11, 1979.
- O'MEARA, Dan. *Volkskapitalisme: Class, Capital and Ideology in the Development of Afrikaner Nationalism, 1934 – 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- O'MEARA, Patrick. *Rhodesia. Racial Conflict or Coexistence?*. London: Cornell University Press, 1975.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda. Ilha crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- PEARSON, David. *The Politics of Ethnicity in Settler Societies*. Basingstoke: Palgrave, 2001.
- PÉLISSIER, René. *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978.
- PENVENNE, Jeanne Marie. Settling Against the Tide: The Layered Contradictions of Twentieth-Century Portuguese Settlement in Mozambique. In *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York/London: Routledge, 2005, p. 79-94.

PIMENTA, Fernando Tavares Pimenta. *Branços de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva, 2005.

PIMENTA, Fernando Tavares. Angola's Whites: Political Behaviour and National Identity. *The Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, n.º 3, p. 169-193, 2005b.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008.

PIMENTA, Fernando Tavares. *Descolonização de Angola e de Moçambique. O comportamento das minorias brancas (1974-1975)*. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 2015.

PIMENTA, Fernando Tavares. White Settler Politics and Euro-African Nationalism in Angola (1945-1975). In: *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London/New York: Routledge, 2016, p. 277-290.

PROCHASKA, David. *Making Algeria French. Colonialism in Bône, 1870-1920*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

REIS, Maria do Céu Carmo; REIS, Fidel Carmo. O MPLA e a crise de 1962-64 como representação; alguns fragmentos. In: *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: ICS, 1996, p. 697-709.

REX, John; MASON, David. *Theories of Race and Ethnic Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RIBEIRO, Orlando. *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

STASIULIS, Daiva K.; YUVAL-DAVIS, Nira. *Unsettling Settler Societies: Articulations of Gender, Race, Ethnicity and Class*. London: Sage, 1995.

VERACINI, Lorenzo. Settler colonialism and decolonisation. *Borderlands e-journal*, vol. 6, n.º 2, p. 1-11, 2007.

VERACINI, Lorenzo. *Settler Colonialism: A Theoretical Overview*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

VERACINI, Lorenzo. Settler Colonialism: Career of a Concept. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 41, n.º 2, p. 313-333, 2013.

WOLFE, Patrick. *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*. London: Cassell, 1999.